

**O RACISMO COMO ARMA DE PRODUÇÃO DE HEGEMONIA CAPITALISTA
COURAÇADA DE COERÇÃO E A OBJETIVIDADE ESMAGADORA DO LUGAR DE
NEGRO**

**EL RACISMO COMO ARMA PARA LA PRODUCCIÓN DE LA HEGEMONÍA
CAPITALISTA BLINDADA DE LA COERCIÓN Y LA OBJETIVIDAD APLASTADORA DEL
LUGAR DEL NEGRO**

**RACISM AS A WEAPON FOR THE PRODUCTION OF CAPITALIST HEGEMONY
BREAKDOWN OF COERCION AND THE CRUSHING OBJECTIVITY OF THE PLACE
OF NEGRO**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.58025>

Jacqueline Botelho¹

Resumo: O presente artigo pretende abordar o racismo como arma de coerção e consenso no capitalismo. Considerando a contribuição de Clóvis Moura, quando afirma que o racismo é arma ideológica de dominação, e analisando a dinâmica do Estado ampliado (sociedade política e sociedade civil) nesta sociedade de classes, concluímos que o racismo, mais que arma ideológica de dominação é arma de produção de hegemonia capitalista, couraçada de coerção. A luta e resistência histórica do povo negro é apresentada neste trabalho como um movimento permanente de aquilombamento que vai do escravismo ao capitalismo dependente no Brasil, se mostrando atual e trazendo contribuições importantes para a organização da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Racismo. Aquilombamento negro. Lugar de negro.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo abordar el racismo como arma de coerción y consenso en el capitalismo. Considerando el aporte de Clóvis Moura, cuando afirma que el racismo es un arma ideológica de dominación, y analizando las dinámicas del Estado expandido (sociedad política y sociedad civil) en esta sociedad de clases, concluimos que el racismo, más que un arma ideológica de dominación, es un arma de producción de la hegemonía capitalista, un escudo de coerción. La lucha y resistencia histórica del pueblo negro se presenta en este trabajo como un movimiento permanente de aquiescencia que va de la esclavitud al capitalismo dependiente en Brasil, mostrándose actual y aportando importantes aportes a la organización de la clase obrera.

Palabras clave: Racismo. Aquilombamento negro. Lugar negro.

Abstract: This article aims to address racism as a weapon of coercion and consensus in capitalism. Considering the contribution of Clóvis Moura, when he states that racism is an ideological weapon of domination, and analyzing the dynamics of the enlarged State (political society and civil society) in this class society, we conclude that racism, more than an ideological weapon of domination, is a weapon of production of capitalist hegemony, a shield of coercion. The historical struggle and resistance of the black people is presented in this work as a permanent movement of acquiescence that goes from slavery to dependent capitalism in Brazil, showing itself to be current and bringing important contributions to the organization of the working class.

Keywords: Racism. Black aquilombamento. Black place.

Introdução

O artigo parte da tese de que a luta e a resistência são formas organizacionais e históricas assumidas pelo negro contra a desumanização operada pelo escravismo e pelo capitalismo dependente no Brasil. Tais lutas produziram formas de aquilombamento que não foram devidamente publicizadas, mas apagadas como expressão da violência dos setores dominantes, organizados por ação ideológica e coercitiva.

Foi por intermédio da resistência e luta social que negros e negras conquistaram possibilidades de sobreviver e expressar sua cultura, reivindicando-se como ser social com pertencimento étnico-racial, o que nos permitiu, como pessoas negras, analisar de forma completa a própria história num país como o Brasil, atravessado pela ação colonialista que refletia a supremacia europeia sobre as demais nações do mundo.

Analisamos a realidade brasileira como de frágil democracia, onde está presente a estratégia burguesa de disputa por hegemonia das classes economicamente dominantes na sociedade civil, combinada com fortes componentes coercitivos presentes por intervenção do Estado. Considerando a identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política em Gramsci (2002), na definição do conceito de Estado ampliado, tais classes contam com o auxílio do “Estado-coerção” para a construção de um monopólio legal da violência e execução de leis que tem como princípio a manutenção do racismo, para complementar do princípio liberal de meritocracia defendido pelos setores dominantes na sociedade civil. Assim, a sociedade capitalista não apenas produz a lógica meritocrática para justificar as desigualdades no acesso ao trabalho, à escola, à terra, mas também constrói na sociedade civil um consenso a respeito de um certo do “lugar de negro”, fundamentado em estereótipos racistas que atravessam o passado escravista não como herança, mas como componente chave de uma engrenagem organizada para controlar pela opressão a força de trabalho negra. Desta forma, a mulher negra é apresentada no cotidiano pela ideologia racista como naturalmente competente para ser a mulata do carnaval, a mãe preta ou a doméstica, e os homens negros como aptos ao trabalho pesado e às ocupações precárias, distantes dos espaços estratégicos de planejamento e organização. Tal ação encobre o fenômeno da desigualdade socioeconômica como expressão do capitalismo e, pelo racismo, naturaliza a pobreza como algo produzido pelo povo negro.

Fato inconteste na história do Brasil é o caráter repressivo da Coroa portuguesa na contenção de revoltas anticoloniais da segunda metade do século XVIII², e, posteriormente, no capitalismo dependente, o encarceramento dos negros como política de Estado. Na interpretação do meio rural brasileiro, que foi berço das relações escravistas, Ianni (1984), em “Origens Agrárias do Estado Brasileiro”, contribuiu com o debate da preservação do poder da oligarquia agrária brasileira através do financiamento das indústrias nascentes nas cidades. Em “O Cativo da Terra”, Martins (2010) trouxe a constatação da manutenção do favor como mediação sempre presente nas relações de trabalho, integrando o atraso como componente orgânico do nosso capitalismo, onde se mantém ainda trabalhadores em condição de escravidão por dívida.

Especialmente mulheres negras, no pós-abolição, foram levadas a ocupar o lugar mais precarizado na divisão social, racial e sexual do trabalho, posto que o racismo e o sexismo auxiliam na naturalização das desigualdades socioeconômicas. Quando negras e negros ascendem socialmente e carregam consigo princípios antirracistas, de valorização da cultura negra e de sua territorialidade quilombola, são perseguidos, criminalizados e isolados por grupos racistas que identificam o novo lugar ocupado pelo negro como uma espécie de “pane no sistema”, que necessita de correção.

A própria noção de “ascensão social”, quando falamos da população negra, requer análise, uma vez que permanecem as barreiras a enfrentar em cada espaço de poder assumido. Enfrentar o racismo exigirá mais do que recuperar a contribuição do negro na história do país, e mais do que sublinhar sua característica estrutural na sociedade. Caberá reconhecer o racismo como mediação orgânica na análise do capitalismo, que por sua vez se estabelece com a disseminação da ideologia racista e da violência armada nos territórios negros, com políticas precarizadas para estes territórios. Assim, reafirmamos que sem racismo não há capitalismo.

O reconhecimento do negro como sujeito de luta organizada na periferia do capitalismo é feito por intelectuais referenciados pelos movimentos negros e estudos acadêmicos que contribuíram na leitura da América Latina e África de modo particular, onde nos limites deste artigo destacaremos Lélia Gonzalez, Frantz Fanon e Clóvis Moura.³ Apesar de vastas, as experiências de lutas e resistências pretéritas e da atualidade, protagonizadas por negros e negras, ainda são analisadas e publicizadas de maneira incipiente. Junto ao apagamento de registros de lutas desde o passado escravista aos dias de hoje, atualiza-se a perseguição ao negro que se rebela pela liberdade, uma bandeira ainda extremamente atual e que reafirma o “protesto negro” como indispensável à superação da ordem capitalista. Entendemos o apagamento de registros e tentativas de silenciamento de experiências negras de resistência como violência organizada pelos dominantes, onde cabe lembrar a ordem de Ruy Barbosa nos anos 1890, quando Ministro da Fazenda da República, para que fossem queimadas todas as documentações relativas à escravidão no Brasil. Esse apagamento e violência promovidos pelo Estado sempre corroborou com a produção de uma imagem romântica da escravidão no Brasil, desmistificada por Moura (2014), que além de resgatar a violência brutal contra a população negra no passado escravista, recupera a noção de experiência de classe, quando pauta a história de luta entre escravos e senhores como conteúdo imprescindível à compreensão da formação social brasileira.

Analisando a luta de classes como par correlato à constituição da classe trabalhadora no Brasil, a história da formação dessa classe parte das experiências acumuladas no passado escravista, e que se perpetuaram no capitalismo dependente no Brasil, como destaca Mattos (2008), em referência às associações, irmandades, partidos políticos e sindicatos. Também Moura (2020), nas suas análises sobre o escravismo pleno, já evidenciara que os antagonismos econômicos, sociais e étnicos, assim como as disputas ideológicas, repousavam na dialética de duas classes antagônicas (senhores e escravos).

No avanço da luta de classes sob o capitalismo dependente no Brasil, cuja sociologia do negro brasileiro tem a Europa como referência, o branqueamento aparece como uma alternativa velada, “não dita”, funcionando como uma espécie de rendição à dominação, que pretende convencer que o negro é

um desajustado social, no desprestígio de sua cultura tomada como estranha, inferior e estrangeira. Ele é visto como componente diferente da cultura nacional e é atingido por um peneiramento econômico-social, racial e cultural, que o submete a mecanismos discriminatórios (MOURA, 2019). Dialogando com Lélia Gonzalez, percebemos que o branqueamento ainda é imposto como condição para que o negro possa circular em espaços historicamente definidos como lugar de branco (universidades, bairros que contam com infraestrutura, boas escolas).

O aquilombamento, termo herdado dos quilombos organizados por negros, que significa resistência em diferentes espaços, incluindo o trabalho, o movimento social, a escola, a universidade, a favela, a roda de samba, o baile charme, o funk, o hip hop, representa formas de recuperação do pertencimento étnico-racial do negro, e de resistência organizada e atuante, que leva ensinamentos para o conjunto da classe trabalhadora. Aquilombar-se e dividir cantos de resistência com o conjunto de nossa classe é um ensinamento da cultura negra. No entanto, o assédio para a cooptação de espaços negros por capitalistas que disseminam o mito da democracia racial é uma realidade sempre acompanhada da negação da existência da questão étnico-racial no Brasil como elemento estrutural. É na tensão permanente entre o aquilombamento e o assédio para o branqueamento que o negro brasileiro vive na atualidade.

A objetividade esmagadora contra a população negra

No ano de 1700, o quantitativo de escravizados somava aproximadamente 330.000, chegando a quase três milhões no ano de 1800. O mercado de carne humana para o trabalho no tráfico negreiro contribuiu de forma decisiva para o crescimento do poder absoluto do homem sobre o homem no mundo liberal. A escravidão não permaneceu ao largo do sucesso das três revoluções liberais, visto que, ao contrário, ela conheceu o ápice de seu desenvolvimento em virtude desse sucesso. Nos anos 50 do século XIX a população escrava nas Américas alcançava o pico de mais de 6 milhões de escravizados (LOSURDO, 2006).

Na metade do século XVIII a Grã-Bretanha possuía o maior número de escravizados (878.000). A Espanha, embora com império mais extenso, a seguia a muita distância. Portugal ocupava o segundo lugar, com 700.000 escravizados, atuando como uma espécie de semicolônia da Grã-Bretanha, em que boa parte do ouro extraído pelos pretos escravizados acabava em Londres (LOSURDO, 2006).

Em ordem cronológica, os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Em fins do século XVII, na Inglaterra, estes momentos são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Estes métodos estiveram baseados sobre a mais brutal violência concentrada e organizada da sociedade. No entanto, não há dúvidas de que quem ocupa destaque nesse campo a partir da sua “posição absolutamente eminente é o país que está no mesmo tempo na frente do movimento liberal e que conquistou o seu primado no comércio e na posse dos escravos negros exatamente a partir da Revolução Gloriosa” (LOSURDO, 2006, p.48).

Reconhecemos que o trabalho escravo no Brasil, durante o escravismo, esteve diretamente ligado às relações comerciais, o que imprimiu diferenças entre a escravização negra e indígena, sendo o escravo negro a marca do escravo mercadoria em substituição ao escravo cativo e indígena. O desenvolvimento da extração do ouro no final do Seiscentismo deixava nítida tal relação, quando se estabeleceu que a mineração do ouro e das pedras preciosas seria realizada não mais por índios cativos, mas mediante o emprego de escravos africanos (LOSURDO, 2006).

Ao mesmo tempo em que a acumulação da riqueza expropriava o homem das terras, criava a imagem social do homem diferente e inferior, pois que toda forma de dominação de terras esteve sustentada em ideologias, à exemplo da expansão marítima europeia para a América, justificada pela alegação de que “abaixo da linha do Equador” estaria um povo inacabado, sem cultura e sem alma (GORENDER, 2010).

Da mesma forma, a escravização negra demonstrou a perversidade da lógica de acumulação instituinte do capitalismo no Brasil, visto que, além de tornar o homem mercadoria, criou ideologicamente a lógica do merecimento do castigo do trabalho a quem o realiza, ajudando a tornar ainda mais negativa a imagem social do trabalho braçal em nossa sociedade, pois quem trabalhava era majoritariamente o escravo negro. É verdadeiro e necessário resgatar a luta dos escravizados contra a exploração dos colonizadores que invadiram terras litorâneas matando as populações locais, impondo uma forma de produção baseada na economia escravista e latifundiária para produção e exportação de mercadorias (GORENDER, 2010).

Tal situação perdurou por três séculos e meio. Não poderíamos deixar de dizer o quanto foi grandiosa a resistência dos escravizados, através da apropriação de bens por eles produzidos, fuga, aquilombamento, revolta, insurreição e o suicídio diante da repressão. O autoferimento, o sabotamento de ferramentas também eram formas de resistência indígena contra o trabalho escravo (GORENDER, 2010)

As relações de produção que emergiam pós-abolição estavam baseadas no trabalho livre e dependeriam de outros instrumentos coercitivos capazes de difundir uma legitimidade na exploração da força de trabalho, em que neste processo tornava-se fundamental a figura de um trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade. Estava claro, que este trabalhador não emergiria de uma sociedade cujas relações essenciais de produção foram relações de extrema coerção entre senhor e escravo. Foi estrategicamente necessário encontrar este trabalhador em outras terras que tivesse dado outro sentido à condição de homem livre. A chegada do trabalhador livre imigrante era acompanhada de uma imagem promissora e positiva em relação aos senhores de terras, visto que o processo de acumulação primitiva que garante a separação do trabalhador de seus meios de produção, que resultara na sua transformação em homem livre (sem outro recurso de sobrevivência além da sua força de trabalho no mercado), ocorreu fora da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira pretendia tornar-se capitalista sem garantir as condições mínimas de reprodução do trabalhador. Para pensarmos o desenvolvimento capitalista brasileiro, Coutinho (2005) recupera que na via “prussiana”, formato seguido pelo Brasil, a velha propriedade rural conserva sua grande extensão e vai se tornando, progressivamente empresa agrária capitalista mantendo formas de

trabalho baseadas na coerção extra-econômica, com vínculos de dependência e subordinação que estão situados fora das relações impessoais do mercado e que vão desde a violência aberta até a intromissão na vida privada do trabalhador, o que permite a conservação e fortalecimento do poder político do velho tipo de proprietário rural que continua a ocupar postos privilegiados no aparelho do Estado da nova ordem capitalista.

Traços de conservadorismo e autoritarismo estão acentuados na formação do Estado nesses países cujo modelo de desenvolvimento capitalista são de via prussiana. Nesse sentido, entendemos o racismo como componente central na constituição do capitalismo brasileiro, sendo ele também compreendido como objetividade esmagadora, que se impõe na vida dos negros desde o surgimento do capitalismo em escala internacional, produzindo desumanização galopante e ampliando estratégias de dominação via coerção e consenso.

(...) estou fixado. Tendo ajustado o microscópio, eles realizam, objetivamente, cortes na minha realidade. Sou traído. Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto! (FANON, 2008, p.108).

A realidade/objetividade esmagadora em que vivem negros e negras é, ao mesmo tempo, produtora de violência/coerção sobre esta população, limitando as possibilidades de mobilização devido a fome, frio, doença, encarceramento, e convencimento no conjunto da sociedade de que aquela realidade é produzida pelas pessoas negras, escamoteando o antagonismos de classes na sociedade e a contradição presente no modo de produção capitalista (o crescimento da pobreza na ordem direta da produção da riqueza). Compreendemos que o antirracismo é uma luta que pode e deve ser assumida por todos, transversalizando a pauta agrária, da educação, trabalho, saúde, moradia e cultura.

Uma análise apressada seria capaz de romantizar a ampliação das discussões antirracistas para além dos grupos negros, e traduzi-la automaticamente como avanço. Ainda hoje, o progresso do debate étnico-racial na Universidade não passa sem que seja preciso organização e mobilização de intelectuais negros e negras e dos próprios movimentos negros e estudantis, independente do envolvimento de pessoas não-negras com a causa. Após 20 anos da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições públicas de ensino, ainda é um desafio a sua implementação, com o debate étnico-racial encontrando resistência das direções das instituições, corpo docente e familiares (especialmente na educação básica).

O racismo como arma de coerção e consenso, como violência e convencimento, se organiza pelo braço armado do Estado e nos aparelhos privados de hegemonia (o que inclui as instituições de ensino, os meios de comunicação, as organizações políticas). Ele se manifesta como a forma de opressão mais eficiente ao capitalismo para o controle da classe trabalhadora, servindo como a amálgama necessária à construção da hegemonia capitalista, criminalizando a população negra e colocando trabalhadores contra trabalhadores via preconceito, discriminação racial, intolerância religiosa.

Na superação da opressão racista no capitalismo, não cabe aos intelectuais e movimentos negros encerrar a luta antirracista nas instituições a movimentos de autoafirmação da negritude que são

necessários, mas insuficientes quando desacompanhados da compreensão do racismo em sua totalidade, uma arma de coerção e consenso na sociedade capitalista, e que não irá parar apenas com formação e propaganda.

O movimento antirracista nas ruas e o avanço real das políticas sociais darão condições de avaliação das lutas, e isso significa considerar a garantia da Lei de Cotas e reserva de vagas para negros e negras, como consta nas leis 12711/12 e 12990/14, mas especialmente a garantia de Políticas de Reforma Agrária Popular, de saúde, incluindo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN/2009), a luta em defesa de uma Educação Pública de qualidade e acesso universal nas Universidades, a reivindicação histórica por moradia, que possa respeitar as particularidades dos territórios. Toda lei aparece como letra morta, quando não há luta e pressão popular para sua efetivação.

Todas essas são pautas negras. Lutar ao lado de mulheres agentes comunitárias de saúde, cozinheiras escolares, empregadas domésticas, que são em maioria negras, é denunciar o lugar que a sociedade capitalista reserva aos negros, o lugar da precarização do trabalho, do abandono. No entanto, a politização massiva dessa realidade caberá a nós, em contraposição à educação organizada pelos setores dominantes, expondo o grave quadro social em que negros e negras se encontram como sinônimo do “ser negro”. Na literatura, o Romantismo que chega no Brasil em 1836 irá retratar, especialmente na primeira geração, o negro como figura digna de piedade. José de Alencar, escritor da primeira geração dos romancistas, defensor da manutenção da escravidão, foi Ministro da Justiça em 1868. Suas obras, assim como as de Monteiro Lobato (autor que apoiava a ciência eugênica no Brasil em cartas à Renato Kehl, médico eugenista brasileiro) são ainda referência nas escolas brasileiras.⁴

O modo de produção capitalista fomenta o ódio contra o negro que se coloca aberta e politicamente consciente do seu pertencimento étnico-racial, contra o racismo. Ele quer eliminar tudo e quem representa símbolo de resistência, considerando que tal movimento promove uma disputa no campo da consciência das pessoas, uma vez que vem acompanhado da publicização de espaços, territórios do povo negro (quilombos, favelas), que demonstram a possibilidade de uma forma alternativa ao capitalismo na relação com o trabalho e com a natureza. Ele o persegue, e o faz também através do poder conferido às pessoas brancas, que reagem raivosas a qualquer possibilidade de perda do lugar de privilégio. Aqui estamos falando de um poder político, que define pessoas brancas como pessoas de direitos e o negro como o “mau cidadão”.

O protagonismo negro na cena pública constrange o esquema de poder das classes dominantes, pois ali está diante de todos uma pessoa negra a argumentar, a realizar descobertas científicas importantes. Nesta perspectiva, como justificar a escravização e os apelos ideológicos do racismo que definiam o negro como preguiçoso, impotente, incapaz e violento por natureza? Para o capitalista, caso o negro tenha posição de destaque, deve-se ao fato do merecimento pelo esforço individual. A meritocracia, assim não só justifica a ascensão social de poucos pelo mérito, mas está no campo reverso ao reconhecimento de que vivemos em uma sociedade extremamente racista, dividida em classes sociais antagônicas. Nesta leitura, haveria falta de empenho das pessoas em buscar o trabalho, a universidade, recursos para adquirir uma moradia., realizar escolhas educativas corretas. Nela, o campo do direito social se apequena e mostra-se, na

aparência, uma sociedade sem conflitos, mas com sujeitos desajustados (negros, que são vistos como geralmente vadios).

O racismo atua não apenas na garantia da violência e coerção contra as pessoas negras, mas também garante às classes dominantes a construção de uma direção intelectual e moral na sociedade. No Brasil, isto é disputado pela extrema-direita, especialmente a partir de 2018, quando neofascistas ganham maior espaço político na construção dos discursos que dilaceram qualquer proposta política comprometida com a democracia, com a produção do conhecimento e defesa da vida de todas as pessoas, sem discriminação de raça, gênero e classe. O movimento reacionário no Brasil busca criminalizar a resistência negra. Reagem na atualidade contra as leis de crime de racismo e injúria racial, contra as cotas raciais nas Universidades.

O reacionarismo ainda insiste, na atual conjuntura brasileira, em recolocar a questão étnico-racial no Brasil como o “problema do negro”, abordagem feita pela sociologia nas primeiras décadas do século XX, onde encontramos Perdigão Malheiros, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Silvio Romero, que tem cada qual parcela diferente de contribuição nesta sociologia do negro brasileiro, comprometida com a afirmação da superioridade do branco.

No estudo da questão étnico-racial no Brasil, será preciso reconhecer a grande contribuição do negro como trabalhador capaz de dizer, na sociedade capitalista, que não é o trabalho, mas a luta social o que dignifica homens e mulheres.

A experiência de opressão do escravismo ao capitalismo dependente produziu organização em greves no Rio de Janeiro. De acordo com o censo de 1872, em estudo sistematizado por Luiz Carlos Soares apud Mattos (2008), havia uma série de ofícios desempenhados por escravos de ganho como criados e jornaleiros, marítimos, industriais, operários cativos, costureiras e artistas. Entre 1850 e 1871 havia 2.868 escravos de ganho registrados, sem que suas atividades fossem mencionadas, com a autorização dadas aos senhores para que saíssem ao ganho pelas ruas. Até 1850 predominava na rua o trabalho escravo entre carregadores, aguadeiros, estivadores, marinheiros, barqueiros, varredores de rua, vendedores ambulantes.

A sociedade capitalista precisou construir uma imagem positiva do trabalho, quando o negro “liberto” ainda sentia o açoitado do chicote, e não via os antigos senhores perderem o lugar de mando. Na sociedade escravista, Moura (2014) analisa que não podemos tomar a classe escrava de forma homogênea (nem todo escravo era quilombola, fugitivo), respeitando que toda sociedade cindida em classes, a consciência do antagonismo (entre senhores e escravos) não atinge a totalidade dos seus membros. O que se faz de suma relevância resgatar no autor é a recuperação do princípio de que toda a máquina ideológica administrativa e militar tinha por objetivo a manutenção do equilíbrio social.

Contribuições de Lélia Gonzalez na análise do pertencimento étnico-racial do negro na sociedade capitalista

Gonzalez (2020) nos auxilia na retirada do debate racial e da mulher negra de um lugar voltado à compreensão do racismo, descolado da análise dos processos de dominação na América Latina. A autora nos deixou grande contribuição, quando pensamos na cultura negra, no pertencimento étnico-racial e na produção de uma contra-hegemonia antirracista. Como destaca Gonzalez (2020),

para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – e também para as ameríndias- a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado” (GONZALEZ, 2020, p.147)

Como mulher negra, Lélia vai trazer o seu processo subjetivo como expressão da particularidade sócio-histórica brasileira, recuperando a escravização negra e a opressão capitalista como elementos de subordinação permanente numa sociedade de desenvolvimento desigual e combinado. Ela demonstra como esses aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico do país contribuem para a produção do “lugar de negro”, que é parte da estratégia de dominação.

Desta forma, são apresentadas as conexões classe, raça e gênero, denunciando a estratégia cotidiana do branqueamento via objetificação dos corpos de mulheres negras, na percepção de que tal branqueamento é ofertado como alternativa dos brancos dominantes para que o povo negro possa romper com um pertencimento étnico-racial, capaz pra ela, através do enegrecimento, de operar um resgate da negritude e da cultura negra que foram apagadas da memória do negro como processo de formação de uma consciência favorável à dominação. Cabe a nós perguntarmos quais os desafios atuais nesse processo de enegrecimento, sabendo que seu conteúdo é disputado por setores capitalistas na sua comercialização, numa apropriação de pautas negras. Diante desses desafios, podemos concluir que sem o aquilombamento nas periferias perderemos o conteúdo material dirigente desse processo.

A classe trabalhadora é constituída por uma maioria de mulheres negras. Estas mulheres sofrem a violência da divisão social, sexual e racial do trabalho, sustentada pelo racismo e pelo sexismo, através de uma ação ideológica sofisticada. Essa sociedade, na construção de um convencimento da inferioridade do negro, ainda olha para a mulher negra como inferior, porque é essa imagem que justifica uma divisão social do trabalho extremamente desigual e o privilégio de poucos. Desta forma, essa luta cotidiana contra a discriminação racial é necessária, porque é no cotidiano que o racismo se fortalece. Nessa sociedade capitalista, onde também há uma divisão racial e sexual do trabalho, a maioria esmagadora da população negra está vivendo o desemprego aberto, tentando sobreviver num trabalho temporário.

Destaca-se em sua experiência de vida o processo de migração regional, que é uma realidade experimentada pelo povo negro que migra do campo à cidade, do Nordeste e das fazendas mineiras para os grandes centros. Nascida em Belo Horizonte, vai residir na Baixada Fluminense e está nos ajudando a pensar sobre esse território, constituído por cidades dormitórios e extremamente controlado e vigiado pelo Estado. Sinaliza a urgência do combate ao mito da democracia racial, que em 1930 ganha expressão com Gilberto Freyre e a sua teoria do lusotropicalismo, uma espécie de romantização do colonialismo português.

Na sua obra, é relevante o resgate histórico do que foi Palmares, e seus cem anos de resistência, e o protagonismo de mulheres negras. Palmares que representou uma experiência concreta organizada por negros de construção de uma sociedade alternativa ao escravismo, o grito de liberdade dos escravizados. Gonzalez irá se opor a uma ideia de latinidade homogênea, e esta é uma importante contribuição para pensarmos as contradições socioeconômicas na América Latina como conteúdos presentes.

Em referência a diferentes autores da tradição marxista (Fanon, Octavio Ianni, Clóvis Moura, Florestan Fernandes), a autora convoca diferentes grupos de resistência negra da atualidade a revisitar a contribuição da tradição marxista no debate étnico-racial. Sem dúvidas, o seu diálogo com a apreensão da realidade brasileira através da abordagem crítica ao modo de produção capitalista recupera categorias fundamentais como a historicidade, a contradição, essenciais para a interpretação do racismo. A sua análise sobre o Estado como auxiliador na manutenção da ordem capitalista vigente e de práticas de discriminação, é essencial na compreensão do racismo, que é sempre estrutural e violento. Tais conteúdos são nítidos quando analisamos o funcionamento do modo de produção capitalista. Como destaca a autora:

(...) vale ressaltar que a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. De um modo geral, são encaminhadas a postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas. (GONZALEZ, 2020, p.39)

No campo heterogêneo dos movimentos sociais, é fato que alguns setores tenham realizado um debate mais genérico sobre a classe, esquecendo que ela tem cor e sexo. Para nós, aqueles que não reconhecem que a classe tem uma maioria negra e que não se preocupam em estudar a história, lutas e demandas da população negra, não assumem um compromisso real com a classe trabalhadora, compromisso este que passa pelo estudo e aproximação com os sujeitos da classe e sua realidade. Ao mesmo tempo, é necessário superar a crítica genérica aos movimentos sociais que reconhecem a classe como categoria necessária à leitura da questão étnico-racial. Não podemos ler a classe, sem estudar a luta de classes. Nessa direção, compreender a classe na tradição marxista é interpretar criticamente as formas de dominação no capitalismo, o que necessariamente inclui o estudo do racismo.

Outras vertentes teóricas, para além do marxismo, ajudaram a constituir o pensamento de Lélia sobre a questão étnico-racial no Brasil. Entre elas encontramos o feminismo de Simone de Beauvoir e a psicanálise. Com arcabouço teórico eclético, está presente a influência de Amílcar Cabral Walter Rodney, Aimé Césaire. A partir de Fanon, ela chega à reflexão sobre os processos de internalização do racismo pelos negros. Lélia Gonzalez, que está olhando para este processo necessário de construção de uma verdadeira democracia no Brasil, está interpretando as formulações de Florestan Fernandes, Ianni, mas também dialogando com Abdias Nascimento e Joel Rufino dos Santos, que irá escrever sobre o movimento negro incorporar a resistência quilombola como movimento (RIOS; LIMA, 2020).

Gonzalez (1982) analisa a situação da população negra do país no período da ditadura militar e no chamado “milagre brasileiro”. No golpe de 1964 ela está explicitando o chamamento à “pacificação” da sociedade na época, que ela interpreta como o velho silenciamento e repressão impostos a ferro e fogo ao

povo negro. Desta forma, Lélia recupera elementos do passado para analisarmos o presente e pensarmos processos de transformação de uma ordem societária racista.

O chamado milagre brasileiro se coloca, a partir de um cenário de extrema repressão, perseguição às lideranças, extinção das ligas camponesas, combinado com o alijamento das massas da partilha dos frutos esperados do crescimento econômico. O que ocorre na vida dessas pessoas é um grande empobrecimento, arrocho salarial. Torna-se evidente a contradição de um país que experimenta nesse contexto a abertura para os capitais estrangeiros, via a implantação dos parques industriais, crescimento do latifúndio, elevados índices de desemprego. No censo dos anos 1980, a população urbana passou a constituir 67,5%, fruto do êxodo rural, com cidades inchando. Ao perguntarmos onde está o negro nesse cenário, o identificamos na construção civil, na limpeza urbana, nos serviços domésticos, como trabalhadores dos transportes, como migrantes do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste (GONZALEZ,1982).

Octavio Ianni e Florestan Fernandes são dois intelectuais marxistas que contribuíram para o entendimento de que sem a participação do negro, não há como pensar a democracia nesse país. O negro está nas funções que exigem menor qualificação, voltadas para o trabalho manual (não especializado). Em 1976, quando aumenta a participação da força de trabalho do negro, não necessariamente isso significava uma melhoria nas condições materiais de existência dessa população (GONZALEZ, 1982).

Nessa altura da sua análise, o que Lélia está nos dizendo diretamente é que as condições de existência material de negros e negras remetem a condicionamentos psicológicos que precisam ser atacados e desmascarados. A autora sugere uma reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. “Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados” (GONZALEZ, 1982, p.15). Ela continua:

o lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento(...). Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1982, p.15).

Um outro lugar natural do negro no capitalismo são as prisões e os antigos manicômios. Ela lembra o caráter racista da repressão policial, que impõe uma submissão psicológica através do medo. O racismo serve como mecanismo de controle do Estado sobre “o assalariado abolicionista”. Na sua percepção crítica, para essa força coercitiva, “todo crioulo é marginal até que se prove o contrário” (GONZALEZ, 1982, p.16). O discurso dominante justifica a atuação dessa violência, falando em ordem e segurança. Então o que é a comunidade negra para Lélia Gonzalez? Ela é “mão de obra reserva” utilizável de acordo com as necessidades do sistema.

Os negros não formam um bloco monolítico de características imutáveis, mas representam uma heterogeneidade dos movimentos negros, com grande diversidade, a partir da contribuição da cultura africana (iorubas ou nagôs, daomeanos, malês, angolanos, congoleses, ganenses, moçambicanos). Como fator importante na organização da luta, Lélia faz referência ao teatro Experimental do Negro, final dos

anos 40, à poesia Negra, lembrando a importância de Solando Trindade. Também destaca os Cadernos Negros de 1978, e sua importância. Nesses Cadernos estão citados intelectuais negros como Frantz Fanon, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Malcom X, Solano Trindade, Abdias Nascimento. Lélia nos lembra do processo de desarticulação sofrido pelas entidades negras com o golpe de 1964. E quais foram os fatores que para a autora corroboraram para isso? A desarticulação das elites intelectuais negras e o processo de integração das entidades de massa numa perspectiva capitalista, à exemplo do ocorrido com as escolas de samba. Um dos desfiles da Beija-Flor contou com a exaltação do que a escola chamou de revolução de 64. Coisa semelhante já tinha feito a Portela em 1941 e 1951, sob os protestos de Candeia. Nos anos 1970 teremos o grupo Palmares do Rio Grande do Sul e o surgimento do movimento soul no Rio de Janeiro, que foi batizado posteriormente de Black Rio, período em que o Renascença inaugura o seu baile soul, que era um ponto de encontro negro (GONZALEZ, 1982).

Será o avanço das mulheres negras dentro do movimento negro carioca que irá marcar a diferença. Lélia faz referência ao Encontro de mulheres realizado na Associação Brasileira de Imprensa em 1975, quando escrevem um documento denunciando que a mulher negra no continente americano tem sido um objeto de produção e reprodução sexual. Então, foi a partir da convivência de Lélia Gonzalez com essas mulheres negras, numa conclamação ao princípio de irmandade, que ela já no Movimento Negro Unificado passa a se preocupar em trabalhar a especificidade da mulher negra. Nesses circuitos, Lélia está analisando a rebeldia da mulher negra. Irá referenciar os circuitos itinerantes do IPCN, e, depois, em 1976, a criação do centro de Estudos-Brasil-África, localizado em São Gonçalo. Ainda na década de 1970, o Grupo de Trabalho André Rebouças realizava a sua primeira Semana de estudos sobre o negro na formação social brasileira, na Universidade Federal Fluminense, reunindo especialistas sobre a questão negra. No mesmo ano, um grupo de compositores sambistas, sob a liderança de Antônio Candeia Filho criava o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo (GONZALEZ, 1982).

Segundo a autora, vale destacar que a ideologia do branqueamento consiste no fato de os aparelhos ideológicos (família, escola, igreja, meios de comunicação), veicularem valores que juntamente com o mito da democracia racial, apontam para uma suposta superioridade cultural e racial do branco. É pela relação articulada entre memória e ideologia que se deve compreender o caráter disfarçado do racismo brasileiro (GONZALEZ, 1984).

As reflexões acerca do pensamento de Lélia Gonzalez apontam desafios aos movimentos negros brasileiros comprometidos com a luta antirracista e anticapitalista. Evidencia-se como necessário identificarmos como o racismo atua auxiliando na construção da hegemonia das classes dominantes. As lutas anticapitalistas e antirracistas são componentes indissociáveis, e cabe aos movimentos negros recuperar o processo histórico e permanente de aquilombamento do povo negro como conteúdo pedagógico na construção da luta organizada da classe trabalhadora.

Considerações finais

Fato marcante na nossa sociedade capitalista dependente é que a branquitude procura no cotidiano e nos espaços de poder um negro obediente, contra o aquilombamento permanente. Tal constatação serviu como estímulo para a escrita do artigo, quando identificamos que negras e negros, mesmo ocupando espaços de poder como a Universidade e a política, a partir de investimento próprio em estudo e qualificação profissional, são testados e tomados como agressivos quando identificam e reagem à qualquer opressão. Isto representa a violência racista garantindo a sobrevivência da meritocracia e da dominação burguesa, reforçando o privilégio branco e o preconceito contra pessoas negras como forma de lembrar que o seu projeto de democracia não é para todos. Ou seja, na contradição, contra o aquilombamento permanente, os dominantes mostram a face antidemocrática do Estado capitalista.

A questão étnico-racial no Brasil está para além de um debate sobre o preconceito e discriminação vividos por nós negros. Implica uma análise da forma de dominação capitalista, ancorada em coerção e consenso na sociedade. O racismo é elemento essencial na consolidação da hegemonia burguesa e cabe aos movimentos negros a construção de uma contra-hegemonia, via aquilombamento permanente, utilizando a teoria social como mediação fundamental à superação da ordem capitalista racista.

Referências:

- COSTA, E. V. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 9.ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- COUTINHO, C. N. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOÉS, W.L. **Racismo, Eugenia No Pensamento Conservador Brasileiro: A Proposta De Povo Em Renato Kehl**. 2015.
- GONZALEZ, L. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, L; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 6 v.
- IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. SP: Brasiliense, 1984.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010
- MATTOS, M. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021.

RIOS, F.; LIMA, M. Introdução. In: GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Notas

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder no Cnpq do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Projetos Societários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira (Nepeq). Membro da Coordenação do Grupo Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde (These) Uerj-UFF-EPSJV/Fiocruz. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7423332568707388>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1989-5089>. Email: jbotelho@id.uff.br.

² Nesse período destacamos a Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates de 1798, que contou com grande participação de negros livres e escravos, tendo como um dos pontos de pauta a abolição da escravatura. Tinha influência na Bahia nesse período o movimento liderado por Toussaint Louverture no Haiti, um ex-escravo que se tornou uma das maiores lideranças revolucionárias conhecidas. A revolução Haitiana, além de pôr fim à escravidão, proclamou a independência do Haiti.

³ Poderia citar uma vasta lista de intelectuais negros e negras implicados em investigar criticamente o racismo no Brasil, onde também é preciso referenciar Maria Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza, Virgínia Bicudo. A importância das autoras também reside em enfrentar a temática, com destaque para o sofrimento da mulher negra.

⁴ Ver sobre o pensamento de Renato Kehl em GOÉS, W.L. *Racismo, Eugenia No Pensamento Conservador Brasileiro: A Proposta De Povo Em Renato Kehl*. 2015.

Recebido em: 26 de nov.2023

Aprovado em: 26 de dez.2023